



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo

Brasil

Lemos SALES, Carla Rafaela; de Azevedo MATHIS, Adriana
Desemprego e qualificação profissional na região de Carajás-Pará
Argumentum, vol. 7, núm. 1, enero-julio, 2015, pp. 184-201
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547144015>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ARTIGO

Desemprego e qualificação profissional na região de Carajás-Pará

Unemployment and professional qualification in the region of Carajás-Pará

Carla Rafaela Lemos SALES¹
Adriana de Azevedo MATHIS²

Resumo: O artigo em tela apresenta uma análise sobre a relação entre o crescente número de trabalhadores desempregados, na região de Carajás, no município de Parauapebas, excluídos dos bens e serviços sociais e a presença marcante da transnacional Vale na localidade. Destarte, desenvolve-se uma discussão sobre o desemprego e a qualificação profissional no município, a partir de um escopo local, supralocal e ao mesmo tempo global. No texto, apresentam-se assimetrias entre o discurso da Vale e as informações provenientes dos gestores e funcionários públicos na localidade. Desse modo, questiona-se a tese de que o desemprego local é causado pela falta ou baixa qualificação profissional. Como um dos resultados da pesquisa, constata-se que a existência da transnacional na região condiciona as relações sociais de trabalho existentes no município às tendências internacionais do trabalho na atualidade.

Palavras-chave: Desemprego. Qualificação profissional. Parauapebas. Vale S.A.

Abstract: The article presents an analysis on the relationship between the growing number of unemployed workers in the Carajás region, in the municipality of Parauapebas excluded from social goods and services and the strong presence of transnational Vale in the locality. Thus, develops a discussion about unemployment and a professional qualification in the county, from a local scope, supra site and at the same time overall. In the text, we present asymmetries between the discourse of Vale and information coming from the administrators and civil servants in the locality. Thereby, we question the argument that local unemployment is caused by the lack or low-skilled. As one of the search results, it appears that the existence of the transnational region determines the social relations of work in the municipality to international trends of work today.

Keywords: Unemployment. Professional qualification. Parauapebas. Vale S.A.

Submetido em: 05/11/2014. Aceito em: 15/02/2015.

¹Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil). E-mail: <crlsufpa06@gmail.com>.

²Doutorado em Serviço Social (UFRJ, Brasil). Bolsista da CAPES para realização de estágio pós-doutoral na Universidade Livre de Berlin (2014/2015) (ULB, Alemanha). Professora e pesquisadora da Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil). E-mail: <aazevedo@ufpa.br>.

Introdução

Em um mundo cada vez mais globalizado, as empresas transnacionais aparecem como atores exponenciais no processo de internacionalização do trabalho e se apresentam como as principais responsáveis pela produção de riquezas, pelo desenvolvimento de tecnologia e informação, assim como pela geração de postos de trabalho. Contradicitoriamente, na realidade prática efetiva onde as transnacionais desenvolvem suas atividades, em especial nas comunidades dos países periféricos do capitalismo, observa-se a permanência da pobreza e da miséria, e a existência do aumento de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho expostos à situação de desemprego estrutural do sistema. Desse modo, intensificam-se políticas de emprego e renda para conter altos índices de desemprego e minimizar danos sociais.

Na sequência, a partir das fontes oficiais de pesquisas e dados coletados, o referido artigo pretende introduzir uma análise sobre a relação entre o crescente número de trabalhadores desempregados, excluídos dos bens e serviços sociais e a presença marcante da transnacional Vale³, que desenvolve atividades de mineração na região de Carajás⁴, no sudeste do Estado

do Pará, no município de Parauapebas⁵. Importa sinalizar que este texto é resultado parcial da investigação realizada à conclusão do mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

Em um primeiro momento, evidencia-se uma discussão sobre possíveis causas e soluções apontadas em nível internacional, nacional e estadual para o desemprego. A partir das informações registradas pelos principais atores sociais na região de Carajás, verificam-se discursos convergentes e divergentes, em torno da questão dos inúmeros trabalhadores desempregados no município. Desse modo, importa sinalizar que a tese defendida na região sobre a ausência de profissionais qualificados e sem experiência para atender as exigências do mercado indica a necessidade da criação de políticas de qualificação profissional.

Em um segundo momento, identificam-se as concepções da empresa transnacional Vale, assim como, as informações recolhidas em pesquisa exploratória realizada no município de Parauapebas⁶, com o objeti-

Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia (PARÁ, 2013).

⁵ O Município de Parauapebas nasceu em 1988. Porém, o território, situado no sudeste do Pará, já existia e cresceu com a instalação de grandes projetos para a extração de recursos naturais, como o Projeto Grande Carajás, conduzido pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale), e a extração de ouro em Serra Pelada (IBGE, [2014]).

⁶ As principais fontes primárias são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Nacional de Emprego (SINE), Atlas do Desenvolvimento Humano, entre outros. Já as fontes secundárias foram realizadas em órgãos

vo de relacionar os diferentes discursos existentes e retirar os pontos de aproximação e distanciamento sobre a situação de desemprego e as propostas de qualificação profissional apresentadas em nível municipal.

Por último, com base na pesquisa realizada na região, busca-se através de uma visão de mundo crítico-dialética fundamentada em Marx, fomentar um diálogo com autores da tradição marxista que discutem a temática relacionada com o desemprego e a qualificação profissional. Ainda, cabe destacar que, a presença da transnacional Vale em Parauapebas condiciona as relações de trabalho existentes no município às tendências internacionais da divisão do trabalho em nível mundial.

1. Desemprego e qualificação profissional: possíveis causas e soluções recentes

Em nível mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu recente relatório Global Employment Trends 2014, declara que o desemprego no mundo alcançou um total de 202 milhões de pessoas no ano passado, 5 milhões a mais que 2012. Para os próximos quatro anos, o número poderá chegar a 215 milhões de desempregados. Além disso, a OIT (2014) expõe tendência de deterioração e obsolescência das qualificações necessárias ao mercado, pois, no ano de 2013, o déficit mundial de emprego alcançou 62 milhões. Desse modo, o organismo internacional recomenda a destinação de recursos para

públicos municipais, estaduais e federais, sindicatos, reuniões de trabalho com quatro comunidades rurais, conselhos municipais, etc.

serem aplicados em políticas estimuladoras na criação de empregos.

Em nível nacional, o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA, 2010) admite crescimento de postos de trabalho, porém assume, em 2010, uma oferta total de 24,8 milhões de trabalhadores, dos quais 6,526 milhões são desempregados e, destes, somente 29,1% com qualificação e experiência profissional⁷. Por esses motivos, o instituto alega que a escassez de mão de obra qualificada é um dos principais elementos causadores de localidades com rebaixamento salarial e alto índice de desemprego. E recomenda políticas públicas para disponibilizar iguais condições de competitividade no mercado de trabalho⁸.

Em quase todas as fontes pesquisadas, internacionais e nacionais, no que diz respeito às localidades onde se concentram as maiores taxas de desemprego, a principal causa apontada refere-se à crescente falta de profissionais qualificados e sem experiência para atender as exigências do mercado. Destarte, observa-se um investimen-

⁷Segundo o IPEA (2010), no estado do Pará, segunda maior unidade federativa em termos de território, estimava-se quase 18% de trabalhadores desempregados qualificados e com experiência seriam demitidos do total de 289.702 demissões. E somente 25.619 dos que ingressariam no mercado estariam qualificados.

⁸Como, por exemplo, os programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que foi criado pela Lei Complementar nº 07 de 07 de setembro de 1970, e atualmente destina-se ao financiamento do Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação do emprego) e os Programas de Geração de Emprego e Renda.

to e recomendações, por parte de organismos internacionais como a OIT e instituições brasileiras como o IPEA, na criação de políticas para garantir o acesso ao mercado de trabalho.

Na realidade, observa-se um esforço do Estado brasileiro na criação de programas de qualificação para o mercado de trabalho, acompanhado de parcerias público-privadas que facilitem a absorção de mão de obra. Dentre eles, ganha destaque, nos últimos anos, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁹ (BRASIL, [2014]). Em nível estadual, o PRONATEC vem ganhando destaque no Pará, mesmo com dados que apontam melhora na absorção de mão de obra¹⁰.

⁹O Programa, coordenado pelo Plano Brasil Sem Miséria, foi criado em 2011 no intuito de ampliar espaços gratuitos para a qualificação profissional e tecnológica e prevê ampliação das instituições federais de ensino no âmbito tecnológico, profissional e científico. Os critérios para participação no programa são: ou ser estudante do Ensino Médio de escola pública com idade a partir de 16 anos; ou ser desempregado que, em um período de 10 anos, está recebendo seguro-desemprego pela terceira vez; ou ser cadastrado ou dependente de pessoa cadastrada no CadÚnico (Cadastro Único de Programas Sociais) e receba benefícios de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família; ou ser indígena; ou agricultor; ou portador de deficiência; e também aqueles dispensados do Serviço Militar, do Exército e Aeronáutica. (BRASIL, [2014]).

¹⁰Dados recentes do Sistema Nacional de Emprego (SINE) relacionados à inserção de mão de obra no mercado de trabalho apontam que, em 2012, inscreveram-se no sistema do estado 127.375 trabalhadores, e somente 12.495 vagas foram captadas. Já de janeiro a maio de 2013, do total de 56.725 trabalhadores inscritos, somente 3.424 vagas foram captadas. Os números levam a pensar que não há absorção efetiva de mão de obra. Mas

A relevância do programa também é reforçada no município de Parauapebas, situado ao sudeste do estado. Conhecido pelo seu potencial atrativo ao trabalho, devido à estreita vinculação com a empresa transnacional Vale, as indicações de absorção de mão de obra no município revelam um quadro que merece inúmeros questionamentos. Entre 2012 e o início de 2014, de acordo com o Sistema Nacional de Emprego (SINE, [2014]) e o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013), o número de desligamentos tem apresentando uma média de 55%, enquanto que as admissões giram em torno de 45%. Ademais, entre os anos de 2010 e 2013, o MTE (BRASIL, 2013) indica diminuição de 34% na admissão de mão de obra no setor de extração mineral, atividade principal realizada em Parauapebas.

2 Desemprego e qualificação profissional: a presença da Vale no município de Parauapebas

Tendo em vista a indicação de crescimento do desemprego no município de Parauapebas, importa sinalizar o discurso do governo do estado que acredita em um maior e melhor aproveitamento das riquezas naturais regionais para o “desenvolvimento econômico” e o “fim da pobreza e desigualdades sociais”, a partir do recente Plano Estadual de Mineração do Pará (ou Plano Estadual de Mineração 2030)¹¹, o

dados do MTE, no que concerne à rotatividade de postos de trabalho, sinalizam que, no ano de 2013, o estado do Pará apresentou um saldo positivo de 361.589 (50,87%) admissões em empregos em relação a 349.231 desligamentos (49,13%).

¹¹Tal informação foi obtida na agência de comunicação estadual, na entrevista concedida

que, segundo o governo, não tem ocorrido até o presente momento.

Todavia, a partir de investigação realizada in loco, confrontou-se a realidade local com as tendências mundiais, nacionais e estaduais já apontadas sobre a temática, bem como dados expostos pela própria empresa transnacional Vale e os órgãos públicos e privados do município de Parauapebas. Com base nos dados coletados, constatam-se concepções convergentes e divergentes entre a posição assumida pela empresa Vale na região e os diversos entrevistados.

No que concerne à posição assumida pela transnacional Vale no município, a empresa investe na divulgação de ações sustentáveis de responsabilidade socioambiental (em conjunto com governos e sociedade, como o discurso de preservação ou recuperação da integridade local onde atua)¹²

pelo atual governador do estado que explica os motivos da criação do Plano que tem previsão de execução por quinze anos: “Cerca de dois milhões de pessoas mal têm o que comer neste imenso território, assentado sobre grandes jazidas de minério, cuja exportação torna o Pará protagonista do equilíbrio financeiro brasileiro [...]”, afirma o governador, para quem é preciso “[...] converter esse potencial mineral fantástico em meio efetivo para reduzir o ainda elevado índice de pobreza do Pará” (PARÁ, 2014).

¹²Desse modo, a empresa cria documentos internos que respondam às orientações mundiais, tais como o Guia de Direitos Humanos, Código de Conduta Ética, Política de Desenvolvimento Sustentável. Com base nesses documentos internos, e para reiterar obediência às legislações internacionais, a Vale advoga, através do Relatório de Sustentabilidade (documentos de 2011 e 2012), a “defesa da vida” acima das necessidades de produção e o “desenvolvimento sustentável”.

(VALE, 2011; 2012). Isso porque a empresa necessita responder a uma série de diretrizes de organismos internacionais – como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), etc. –, no que se refere à garantia dos direitos humanos (VALE, [2013?c]), dos direitos trabalhistas (VALE, [2013?a]) e do desenvolvimento sustentável¹³ (VALE, [2013?b]).

Nesse sentido, no que concerne aos profissionais direta e indiretamente empregados pela transnacional, o relatórios indicam que 78% do total estão concentrados no Brasil, onde, até 2012, o estado do Pará assumia a segunda maior concentração de empregados (19%). Segundo a perspectiva da empresa nos referidos documentos, em muitas localidades onde realiza suas atividades, não há mão de obra qualificada disponível. Por isso, desenvolve, desde 2004, o Programa de Formação Profissional (PFP), o que, para a transnacional, provoca um aumento de até 60% da renda familiar, do início até o fim da formação para técnicos, mecânicos e operadores.

Com relação à remuneração de trabalhadores efetivados, a Vale relata nos seus relatórios obediência aos salários-mínimos de cada localidade onde está instalada, com bonificações para bons desempenhos. Quanto ao quadro profissional, a transnacional afirma a não discriminação do trabalho feminino. Entretanto, encontra-se nos relatórios que, entre seus funcionários

¹³Os principais fundamentos para as diretrizes é o Global Reporting Initiative (GRI), o Pacto Global da ONU e os princípios do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM).

próprios, a concentração masculina é a maior em relação à feminina. Outro dado relevante sobre a empresa concerne no crescimento na rotatividade de seus empregados¹⁴, entre 2011 (uma taxa de 4,7%) e 2012 (5,1%)¹⁵.

Os dados apresentados pela transnacional Vale não entram em detalhes sobre a sua atuação e influência no município de Parauapebas no que se refere ao mercado de trabalho. Contudo, a partir de um exercício relacional entre as posições assumidas pela empresa e a investigação exploratória realizada no local, constata-se que o discurso da empresa Vale porta determinadas assimetrias em relação às informações apresentadas pelos órgãos municipais responsáveis pela gestão e implantação das políticas de emprego e renda no município, tais como: o SINE local, Conselho Municipal de Assistência Social (CO-

MASP) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) local.

Em relação ao desemprego, observa-se o discurso comum de que a falta de qualificação profissional se apresenta como principal entrave para a dinâmica do mercado de trabalho e torna as ações dependentes de políticas públicas, dificultando seu planejamento, o que se deve, principalmente, à explosão demográfica ocasionada pelo fluxo migratório de pessoas atraídas pelo trabalho, oriundas, sobretudo, do estado do Maranhão. Entretanto, essa atração não significa absorção de demanda de trabalho, e mesmo as qualificações oferecidas pelos programas e projetos ofertados no município não oferecem garantia de emprego¹⁶.

Todavia, podem-se destacar determinadas contradições intrínsecas ao processo, particularmente no que se refere aos dados apresentados por fontes oficiais e as entrevistas realizadas com gestores e funcionários públicos do município, e entre estes e as informações defendidas pela Vale. A primeira contradição é observada no fato de que o crescimento populacional não representa qualidade de vida para os habitantes de Parauapebas. Também, vale ressaltar, no município, a imensa produção de riquezas com a extração de minérios e o desenvolvimento das atividades mineraias, que ocorre em relação direta com o aumento da pobreza e da miséria na região.

¹⁴Segundo os relatórios, a taxa de rotatividade ou turnover corresponde à soma entre demissão voluntária ou não, incluindo os casos de aposentadoria, dividida pelo número total de empregados próprios da Vale.

¹⁵Os dados chamam a atenção e levam à relação com o Informe Mineral 2013 do Departamento Nacional de Produção Mineral, que indica queda do Índice de Produção Mineral entre os anos de 2011 a 2013, no qual a produção de ferro (principal minério extraído em Parauapebas) sofreu queda de 3,8%, sendo que, até o segundo semestre do ano passado, o ferro é o minério mais exportado do país, com participação de 79,7% das exportações de demais minérios (como ouro, cobre, manganês, caulim, etc.). Além disso, o documento destaca queda na mão de obra no mesmo período, afirmando estreita ligação do mercado de trabalho com o comportamento produtivo de minério. Nesse sentido, aponta redução de 87% no saldo de mão de obra entre 2011 e 2013 (INFORME MINERAL, 2013).

¹⁶De fato, o IBGE ([2014]) indica que do total da PEA 35,6%, não possuem instrução e/ou apresentam apenas o fundamental completo.

Importa registrar que, em 2013, o valor da arrecadação municipal, através da Compensação Financeira pela Arrecadação de Recursos Minerais (CFEM), representou 87% em relação aos municípios arrecadadores da CFEM no estado do Pará (INFORME MINERAL DO PARÁ, 2014). Somam-se a esses dados, as informações do Censo Demográfico do IBGE (2010) sobre o PIB per capita de Parauapebas representado no valor de R\$ 124.181,23 por habitante. Todavia, mesmo com o alto valor produzido no município, uma contradição se manifesta no valor dos rendimentos da sua população, pois, de acordo com a mesma fonte, 83% das pessoas recebiam de 0 a 2 salários mínimos no ano de 2010, apenas dois anos antes das informações sobre a exploração mineral paraense exposta¹⁷.

Merece destaque as informações do SINE local ao descrever o mercado de trabalho bastante discriminatório em relação às mulheres, principalmente no que diz respeito ao estado civil. Tais informações são confirmadas com os dados do Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER), do

MTE, a respeito da diferença na remuneração média paga a pessoas do sexo masculino e feminino. No que concerne à extração mineral, principal atividade econômica, por exemplo, houve uma diferença salarial de R\$ 953,09 entre homens e mulheres em 2013 (o que contraria as informações da Vale)¹⁸ (VALE, 2011; 2012).

As informações provenientes dos órgãos públicos pesquisados portam determinados pontos de distanciamento em relação à informação da Vale referente à remuneração de seus empregados. Como se observou anteriormente, a referida transnacional toma por base os salários mínimos dos locais onde atua, e as qualificações oferecidas pela empresa aumentam a renda familiar do trabalhador. Porém, o MTE (BRASIL, 2013) revela a diminuição na remuneração média paga aos trabalhadores, sendo o setor de mineração, apesar de ter a maior remuneração média, o que mais tem apresentado retração de salários.

No que concerne aos programas de formação de mão de obra, o município tem executado programas de formação para suprir o enorme quantitativo de desqualificação profissional através do PRONATEC. Tal programa é desenvolvido em uma parceria entre União, Estado e Município (Ministério de Desenvolvimento Social, Secretaria de Assistência Social e o SINE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacio-

¹⁷Além disso, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2014) aponta que em janeiro de 2014 foram cadastradas no CadÚnico 80.377 pessoas do município com renda mensal entre zero a ½ salário mínimo. Mas nem todos os cadastrados recebem algum benefício de transferência de renda. Nesse sentido, no Portal da Transparência (2014), observa-se aumento do repasse do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) para transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza no município de Parauapebas. Segundo o Portal da Transparência, em 2013, os números alcançaram um recorde de repasse e beneficiários: foram repassados R\$ 12.122.778,00 a cerca de 10.170 pessoas.

¹⁸A informação sobre a discriminação feminina no mercado de trabalho pode ser confirmada com os dados do MTE (2014): em dezembro de 2012, quase 8 mil homens estava formalmente empregado no setor mineral, contra 1.475 mulheres.

nal do Comércio (SENAC), e as empresas particulares, tais como cursos técnicos e empresa de consultoria (BRASIL, [2014]).

Todavia, a pesquisa exploratória revela que as ofertas de cursos não são capazes de atender a demanda do mercado local e as exigências de cursos de altas qualificações. Segundo a SEMAS e o COMASP, nos atendimentos realizados no SINE e o PRONATEC, de cada 10 pessoas que chegam a Parauapebas, 9 querem trabalhar na Vale, mas a média é de 1 pessoa que consegue se inserir profissionalmente na transnacional; e a grande maioria se insere em cargos técnicos, o que significa remuneração relativamente baixa.

Nesse sentido, o SENAI, como principal centro de qualificação industrial do município, afirma que a demanda dos cursos de qualificação oferecidos se baseia nas necessidades da Vale e de suas terceirizadas. Em consulta à instituição, constata-se que os cursos estão relacionados à atividade da empresa¹⁹. Porém, o SENAI explica que nem todos ofertam vagas gratuitas para o PRONATEC, e que, geralmente, os cursos gratuitos ofertados são de soldador e de eletricista.

Importa sinalizar, com base nesse dado e nas informações obtidas em sites eletrônicos que facilitam a inserção e o atendi-

mento de trabalhadores pelo Programa, uma diversidade de informações sobre os cursos de qualificação profissional oferecidos no município, bem como pontos em comum que os caracterizam: 1) a quantidade de vagas não é suficiente para a demanda; 2) geralmente os cursos de formação são para profissões com salários relativamente baixos; 3) os cursos oferecidos pelo SENAI são voltados às necessidades da Vale.

Ademais, segundo as informações do SINE, observa-se que, mesmo com uma possível qualificação profissional recebida, as profissões em destaque no mercado de trabalho no município estão entre os setores que oferecem baixa remuneração – quais sejam, por exemplo, auxiliar de mecânico, atendente, cozinheiro, doméstica – ou sem muitas garantias trabalhistas – como promotor de vendas, vendedor externo, etc.; e que não estão vinculadas ao setor de extração de minérios.

Essas reflexões levam a pensar que a Vale não tem conseguido absorver mão de obra local, tal como afirma nos seus relatórios de sustentabilidade. E, também, leva a questionar o porquê da existência de cursos de formação com esse formato, e para atender que tipo de necessidades de qualificação profissional. Para aprofundar a problemática de estudo em pauta, questiona-se a relação entre o crescimento de trabalhadores desempregados no município de Parauapebas excluídos dos bens e serviços sociais e a presença da empresa transnacional Vale na região e, como trabalhar questões do desemprego e da qualificação profissional na localidade, a par-

¹⁹Por exemplo: Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos; Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros; Noções de Mecânica Industrial; Segurança na Operação de Guindaste Veicular; Técnicas em Comandos Elétricos; Técnicas em Gestão de Almoxarifado; Atualização; Qualidade no Atendimento, etc.

tir de um escopo supralocal e, ao mesmo tempo global.

3 Desemprego e qualificação profissional: um tema para reflexão

De imediato, importa sinalizar que a relação entre o crescente contingente de trabalhadores excedentes excluídos do mercado de trabalho na região sudeste do estado do Pará e a presença da empresa transnacional Vale no município de Parauapebas, está marcada pelas contradições entre capital e trabalho em nível mundial e está relacionada às tendências nacionais e internacionais da divisão do trabalho. Dessa forma, a principal tese defendida pelos atores anteriormente investigados sobre a falta de qualificação profissional local, principal responsável pelo desemprego, mostra-se superficial e incompleta, e necessita de um maior nível de aprofundamento teórico.

Destarte, em um primeiro momento é pertinente elucidar a compreensão de Marx (2013) sobre o conceito da superpopulação relativa de trabalhadores excedentes às necessidades da acumulação de capital, a fim de apreender, dentro da perspectiva já citada, como a relação de produção e de trabalho atual influem no município de Parauapebas, principalmente pela presença de uma empresa transnacional.

Enquanto modo de produção e para se reproduzir, o capitalismo também necessita de um processo constante de inovação nos meios de produção através da acumulação de capitais pela concorrência entre

os capitalistas²⁰. Nesse processo acumulativo, a inovação economiza trabalho e barateia a produção e as mercadorias, pois uma menor massa de trabalho se torna suficiente para a acumulação e centralização de capital. Ao se economizar trabalho, aumenta-se a produtividade e a exploração da força de trabalho empregada, e torna-se cada vez menor a demanda por trabalhadores em relação aos meios de produção.

Isto é, na medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista, ocorre um processo duplo no qual o acúmulo de capital se dá não só pelo trabalho assalariado como também pela não absorção da força de trabalho disponível, gerando, por sua vez, uma “[...] superpopulação relativa excedente às necessidades do capital”. Este conceito foi exposto em Marx no capítulo 23 de *O Capital* (“A lei geral da acumulação capitalista”) e fundamenta a apreensão da realidadeposta no município de Parauapebas.

Essa população surge justamente porque “[...] a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população tra-

²⁰Em *O Capital*, Marx comprehende a força de trabalho como mercadoria, sendo que, no processo de produção de valor das mercadorias, a força de trabalho produz novas mercadorias e somente ela pode acrescentar valor ao que é produzido. Em resumidas contas, expõe-se que, nesse mesmo processo de circulação de mercadorias, origina-se o capital e a sua acumulação através da obtenção da mais-valia. Entretanto, Marx ressalta uma proporcionalidade entre capital e força de trabalho, pois “[...] acumulação do capital é [...] multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p. 690).

balhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua" (MARX, 2013, p. 705). Tal excedente vem a ser chamado por Marx de exército industrial de reserva, que integra e estrutura uma lei peculiar ao modo de produção capitalista, na qual é tendência a acumulação de capital, que atrai e repele, ao mesmo tempo, a força de trabalho. Para o autor, ela se torna funcional para o modo de produção capitalista pois:

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista. *Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional* (MARX, 2013, p. 707, grifo nosso).

Existe, portanto, um aumento absoluto de trabalhadores desempregados enquanto adicional excessivo para as necessidades médias à valorização do capital. Isso porque os investimentos nos métodos de trabalho não significam a multiplicação dos postos de trabalho²¹. Ademais, Marx

²¹Dante disso, Marx aponta que não se exclui o aumento da grandeza absoluta da força de trabalho: "[...] com a acumulação do capital desenvolve-se [...] o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital" (MARX, 2013, p. 700).

(2013) também revela que, para além da exploração e a dominação, a superpopulação de trabalhadores gera pobreza, constituindo os extremos funcionais para a reprodução da sociedade do capital: quanto mais riqueza, mais pobreza, assim como observado anteriormente. Nas palavras do autor:

[O] pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 2013, p. 719).

Em outro trecho, expõe que "[...] a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital" (MARX, 2013, p. 721). Assim, maior riqueza, significa maior número de uma superpopulação relativamente excedente e maior nível de pauperização da sociedade. Por consequência, o modo de produção na sociedade capitalista revela sua face desumana:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A

grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois o aumento das potências da riqueza. *Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui (MARX, 2013, p. 720, grifo nosso).

Ou seja, as tendências apontadas por Marx mostram que, além da acumulação de capital necessitar do aumento da exploração da força de trabalho, da mesma forma, necessita de excedente de mão de obra, que provoca, por exemplo, o barateamento salarial da classe trabalhadora empregada. Assim, na medida em que há desenvolvimento, acumulação e centralização de capital, mais se agudizam as desigualdades sociais e, nelas, a pobreza.

Em uma perspectiva de atualização da discussão sobre o excedente populacional da força de trabalho, autores marxistas reiteram as tendências de Marx ao colocar funcionalidade da superpopulação relativa de trabalhadores para a acumulação de capital, em escala sempre mais ampliada, e mostram que, ainda hoje, permanece na sua genética a lógica de acumulação que gera pobreza e desemprego quanto mais produz riqueza. É assim, por exemplo, as teses apresentadas por Braga (2012) e Maranhão (2008).

No que concerne a Braga (2012), a superpopulação relativa é atualizada pelo conceito de “precariado” ou trabalhador precarizado para expor as péssimas e despóticas condições em que se defronta a mercadoria trabalho. Nesse quadro, encontra-se a população não qualificada ou semi-qualificada, representada na sua grande maioria por desempregados e trabalhadores em condições precárias. Por isso, o conceito consiste na “[...] fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p. 16).

Para o autor, a “precariedade” é componente e condição existencial do salariado. Nesse componente, criam-se, separam-se e distinguem-se dois extremos que se alimentam mutuamente, porém apresentam consequências distintas. São eles: a força de trabalho altamente qualificada, e a não qualificada ou com baixa qualificação. E as consequências são: para os trabalhadores superqualificados há uma maior proteção trabalhista e salários mais elevados, em detrimento da reprodução do crescimento de trabalhadores considerados desqualificados para as exigências e necessidades do capital, com salários mínimos e precários²².

²²Ainda sobre a discussão do precariado, é interessante resgatar Castel (2013), pois apesar de não concordar integralmente com sua análise, a afirmação do autor traduz as questões da realidade efetiva apresentada neste trabalho. Para o autor, “[...] o desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido, começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual de modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego a sombra lançada pelas reestrutura-

Nesse sentido, é importante ressaltar, ainda, que, na concepção de Braga (2012), não se enquadra no conceito de precariado o “pauperismo”. Esse seria o “estágio” em que os trabalhadores não teriam qualquer importância de exploração econômica enquanto classe, já que, como Marx apontou, o pauperismo se constitui em “refúgio” para os que estão totalmente excluídos como força de trabalho no modo de produzir da sociedade capitalista.

Mesmo com essa concepção crítica sobre o trabalhador precarizado, hoje é crescente o discurso de combate à pobreza e de programas de qualificação para inserir trabalhadores no mercado de trabalho nesta sociedade. Nessa perspectiva, Maranhão (2008) reitera que a superpopulação da força de trabalho é condição inerente à expansão global do modo de produção capitalista²³, por isso, a mundialização de

ções industriais e pela luta em favor da competitividade que efetivamente, fazem sombra para muita gente” (CASTEL, 2013, p. 517). Assim sendo, Castel (2013) advoga uma tese contrária à visão otimista da crise que leva muitos autores e a pensar que ao melhorar e multiplicar as qualificações seria possível a empregabilidade. Como diz o autor, “a qualificação pode produzir efeitos propriamente perversos” (CASTEL, 2013, p. 520). Contudo, do ponto de vista de uma sociedade democrática, não se pode deixar de atacar o problema das qualificações para o emprego. Todavia, como afirma o autor, “[...] uma sociedade não pode mais ignorar o mercado, assim como a física não pode ignorar a lei da gravitação universal. Mas se é suicida ser contra o mercado, daí não resulta que seja necessário entregar-se a ele. A problemática da coesão social não é do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade. Estas duas lógicas são incompatíveis” (CASTEL, 2013, p. 523).

²³O autor resgata, por exemplo, o capítulo 24 d’O Capital, no qual Marx expõe como a venda da

capital, ajustes e mecanismos neoliberais continuam a garantir a acumulação e hegemonia político-econômica e financeira.

É por isso que a criação ampliada da superpopulação relativa – ou seja, de uma ampla oferta de braços ociosos que ocupem os novos postos de trabalho precarizados e empurrem os salários dos trabalhadores ativos para baixo – tem se tornado um fator fundamental para a atual constituição de uma economia mundial baseada na força de trabalho barata e precária. Assim, a reestruturação capitalista tem desenvolvido novos mecanismos de expulsão da força de trabalho e criado novas formas e integração desses trabalhadores excedentes (MARANHÃO, 2008, p. 118).

Para tanto, organismos internacionais definem políticas e ações de caráter flexível (do ponto de vista legal), setorizadas e com forte conteúdo ideológico a serem seguidas pelos Estados nacionais para garantir o consumo, inclusive daqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho. Todavia, a intenção não é proporcionar-lhes a satisfação de necessidades básicas

força de trabalho contribui decisivamente para a acumulação primitiva de capital, diante da separação do homem dos meios de trabalho, obrigando-o a tornar sua força de trabalho vendável. Também resgata nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Marx, que: “O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2002, p. 211 *apud* MARANHÃO, 2008, p. 100).

cas e ou aumento da qualidade de vida; mas porque o capital é dinâmico e seu ciclo se completa no consumo de mercadorias para novamente produzir. Isto é, necessita da ampliação de consumidores para ampliar-se. Diante disso, a mundialização da economia vem se constituindo e ultrapassando os limites nacionais, alimenta os grandes centros financeiros, o mercado mundial e o alto nível de desenvolvimento tecnológico dos grandes países centrais do capitalismo, à custa das regiões periféricas, como o Brasil e demais países da América Latina, que “[...] têm se transformado em imensos reservatórios de força de trabalho barata e precária para as megacorporações transnacionais” (MARANHÃO, 2008, p. 123), já que a ampliação da liberdade do capital restringe as opções para o trabalho, a não ser a “venda do país” a qualquer preço²⁴.

²⁴Esse contexto remete a relações de trabalho cada vez mais flexíveis e à estruturação de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho. Sobre esta, Mota (2009) revela a transferência do trabalho sujo e precário dos países ricos para os países periféricos do capitalismo. Segundo Boschetti (2010) e Iamamoto (2008), têm-se novas formas de contribuição dos países periféricos do capitalismo para a acumulação e centralização de capital, através da reestruturação das formas de organização e controle do trabalho. As consequências para os países periféricos são: produção de produtos a baixo custo; redução de salários e a redução da proteção e direitos sociais dos trabalhadores; flexibilidade na contratação e nas relações de trabalho; isenção fiscal e de impostos; ampliação do trabalho precário, temporário, subcontratado, informal; destruição de postos de trabalho; fragilidade dos poderes de regulação do Estado; um crescimento ligeiro de empregos no setor de serviços; novas políticas de gestão; intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento dos salários, através do trabalhador polivalente (concentração

É nesse mesmo contexto que as políticas sociais dos Estados nacionais obedecem aos direcionamentos de agências multilaterais tendo como foco indivíduos afetados pelo desemprego e pela pobreza. Na concepção do autor, tais políticas, com forte utilização de recursos ideopolíticos reforçam a adaptação do trabalhador às condições de trabalho que dinamicamente se modificam sem, contudo, deixar de serem precárias e inseguras. Dá ênfase no Brasil às políticas voltadas

1) às diversas formas de políticas de renda mínima que têm o objetivo de oferecer uma renda, alternativa à renda salarial, que se transforma em meio de subsistência para aqueles trabalhadores considerados pobres pela estatística oficial; 2) às várias políticas de formação profissional, que desenvolvidas por governos, centrais sindicais e instituições empresariais, têm possibilitado a qualificação contínua da força de trabalho disponível de acordo com as demandas do capital (MARANHÃO, 2008, p. 126).

As discussões teórico-críticas revelam o Brasil como contributo à inovação no processo de produção de mercadorias em nível mundial, a partir de sua obediência às diretrizes de organismos internacionais, que garantem peculiaridade na sua abertura ao mercado mundial e seu papel histórico de fornecedor de recursos naturais. Nessa contradição, contribui significati-

de diversas atividades em um só indivíduo); estímulo à competição entre os trabalhadores, que dificulta a organização sindical; convites à participação na garantia das metas empresariais, etc.

vamente com a produção de riquezas e, consequentemente, assiste ao aumento da exploração do trabalho, do desemprego e da pobreza.

Nesse quadro, a Amazônia, em sua imensidão — e, por isso, nas suas imensas diversidades²⁵ — apresenta uma ocupação histórica com vistas ao aproveitamento do grande potencial de recursos florestais, minerais e agropecuários com fins de acumulação de capitais²⁶. A autora Gomes (2012) afirma que o desenvolvimento predatório e a exploração destrutiva da Amazônia levaram-na à subordinação e ao sta-

tus de região periférica em relação às demais regiões brasileiras. E resgata que, historicamente, o Estado brasileiro tem utilizado estratégias para atender o mercado que, hoje, faz-se ainda mais globalizado. Nesse processo, o sul do estado do Pará tem história marcante na existência de trabalho precário, especialmente a partir da implantação dos grandes Projetos²⁷.

²⁵Segundo Gonçalves (2005, p. 9-10), não existe uma Amazônia, mas “várias amazônias na Amazônia”: “A Amazônia é, sobretudo, diversidade”, pois contém em si diversidades físicas, populacionais, culturais, ambientais, de saberes; contém contradições entre suas partes.

²⁶Nesse sentido, ao realizar-se um resgate histórico da Amazônia, verifica-se, segundo Leal (2010) que a exploração da região se deu desde o século XVI (fase exploratória), passando pelo período de colonização (1616-1822) e sua vinculação ao capital (a partir do século XIX), até a atualidade, compreendida desde o pós 2^a Grande Guerra e a consequente redefinição do seu papel na divisão internacional do trabalho. Para o autor, a história da Amazônia a revela como “[...] mero espaço de saque” (LEAL, 2010, p. 90). Atualmente, o autor aponta os principais responsáveis pela crescente miserabilidade e exploração amazônica: a) as orientações de organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, que reiteram a subordinação da região à acumulação do capital; b) a “burguesia e a burocacia estatal brasileira, pelo seu caráter corrupto e associado à sua postura reacionária”; c) a burguesia regional, “articulada com as condições e a conjuntura do mercado mundial”, repousando seu projeto sobre “estratégias de lucro ligadas à exploração dos recursos naturais da Amazônia” (LEAL, 2010, p. 120).

²⁷Nesse sentido, Marques (2010, p. 81) complementa o apoio institucional e legal do Estado para garantir a inserção de capitais na Amazônia, com a criação de discursos – como “integrar para não entregar” ou “salvar a Amazônia da devastação”, entre outros –, e de diversos órgãos voltados ao desenvolvimento da região (como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)), leis e códigos (como Código de Minas e o Decreto lei n. 1.813, 24.11.80, este que criou o Programa Grande Carajás, o qual destinou 11% do território nacional para a exploração exclusiva à Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale). Segundo o autor, a criação dos grandes projetos garantiu a consolidação da incorporação da Amazônia na acumulação capitalista. Sobre o assunto, as autoras Fialho Nascimento (2012) e Gomes (2012) observam que ao mesmo tempo em que a expropriação amazônica gera riqueza, há uma estrita finalidade na geração de lucro e altera profundamente as relações entre homem e natureza na região, agravando o uso indiscriminado da terra diante de intensos fluxos migratórios em busca de melhores condições de vida e conflitos pela posse de terras, e um crescente contingente populacional, que leva a uma tendência na alta taxa de desemprego, de precarização das relações de trabalho, persistência de formas de trabalho escravo, migração de trabalhadores, em condições crescentes de pauperização. Na mesma linha de pensamento, Mathis e Mathis (2012) sinalizam os impactos diretos das reorientações das políticas sociais e a reconfiguração do Estado a partir, principalmente, da década de 90 (sob a fundamentação ideológica neoliberal de privatização, seletividade e focalização), a partir de uma compreensão particular da região Carajás na Amazônia e sua importância para o capital internacionalizado. Apreendem-na não somente vinculada a uma realidade local, mas também in-

Considerações Finais

Com base nas reflexões teóricas, anteriormente trabalhadas, pode-se inferir que as tendências mundiais das relações sociais de trabalho reverberam na localidade de Parauapebas e indicam intrínseca relação entre o mercado de trabalho transnacionalizado pela Vale, o desemprego crescente no município e a necessidade de investimento em políticas e programas de emprego de emprego e renda, como determina os organismos internacionais. Ademais, questiona-se nesse trabalho, a tese de que o desemprego é causado pela falta ou baixa qualificação profissional nas localidades onde a empresa transnacional Vale desenvolve suas atividades minerais. Contudo, a pesquisa está em curso e ainda persistem questões relacionadas ao perfil do trabalhador precarizado situado no município, e como esse sujeito se vê nesse processo.

Até o momento, as reflexões realizadas revelam um forte conteúdo político-ideológico dos programas de qualificação e requalificação profissional. Identifica-se na realidade que as oportunidades e possibilidades oferecidas através dos programas e a não inserção ou permanência no mercado de trabalho passa a ser justificada pelas suas escolhas de vida dos trabalhadores, responsabilizando-os pelos seus infortúnios no mercado de trabalho.

serida na lógica do mercado mundial pela presença da empresa transnacional Vale que conduz a economia direcionada à “[...] exportação de matérias-primas que acompanham as tendências econômicas internacionais” (MATHIS; MATHIS, 2012, p. 187).

Tal compreensão é extremamente útil à garantia da funcionalidade e da permanência da empresa na região e respondem às necessidades de expansão do grande capital.

Entretanto, como os autores revelam, a superpopulação de trabalhadores excedentes no modo de produção capitalista é também funcional à acumulação, centralização e reprodução do capital, tendo em vista que provoca uma superexploração dos trabalhadores empregados, que gera mais riqueza e, consequentemente, mantém e aumenta a pobreza. Nesse sentido, indicam-se contradições na materialização das indicações de ajustes que preveem um desenvolvimento político, econômico, social e ambiental, recomendado por organizações internacionais através do redirecionamento das políticas sociais nos países periféricos do capitalismo.

Destarte, conclui-se com o pensamento de Foladori (2001) sobre a compreensão nas relações de produção e reprodução da vida, ou seja, da relação homem-natureza por meio do trabalho. Para o autor, o processo de trabalho se dá essencialmente pela inter-relação de cada sociedade e o meio ambiente, e do processo produtivo — através do conhecimento do processo de trabalho (que seria o conteúdo ou a relação técnica) — e da forma como os indivíduos presentes nela se relacionam entre si para a produção, como apontou Marx em sua compreensão sobre o trabalho.

A compreensão do autor fundamenta os argumentos teóricos utilizados e revela como o aumento da pobreza, do desem-

prego, da exploração do trabalho e o aumento da riqueza são conteúdos do modo de produção capitalista. Assim, levando em consideração as complexas relações entre países periféricos e países centrais, entre a Amazônia e o mundo, na contradição relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista, verifica-se uma ligação estreita entre a realidade local de população excedente — ou trabalhadores precarizados ou precariado — no município de Parauapebas e a conjuntura mundial do atual modo de produção. Porém, como já exposto, somente algumas categorias foram trabalhadas diante de questões em aberto. Assim, após realização da pesquisa poderão ser apreendidos outros conceitos que poderão servir de baliza para fundamentar e possibilitar a compreensão da essência que a realidade ora está apresentando.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a Política Social. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 64-85.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Pronatec. [2014]. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Informações para o Sistema**

Público de Emprego e Renda: Dados por Município. Parauapebas. 2013. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php>. Acesso em: 7 jun. 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FOLADORI, Guillermo. O desenvolvimento sustentável e a questão dos limites físicos. In: **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GOMES, Vera Lucia Batista. Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão sobre o estado do Pará. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife: UFPE, 2012. p. 145-176.

IAMAMOTO, Maria Villela. **Serviço Social em tempo de capital feitiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Resultados sobre rendimentos – universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/rendimentos_preliminares/rendimentos_preliminares_tab_municipios_zip.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2014.

IBGE. **Cidades. Município de Parauapebas**. [2014] Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmunicipio=13000000000&codibge=13000000000&coduf=13&codibge2=13000000000&codmunicipio2=13000000000&codibge3=13000000000&codmunicipio3=13000000000>>.

p?lang=&codmun=150553&search=paraíp
araúapebas>. Acesso em: 24 fev. 2014.

INFORME MINERAL. Brasília (DF): Departamento Nacional de Produção Mineral, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/informe_s/informe-mineral-2013-2o-semestre>. Acesso em: 14 abr. 2014.

INFORME MINERAL DO PARÁ 2014. Ano Base 2013. Belém: Superintendência-Pará do Departamento Nacional de Produção Mineral, 2014. Disponível em: <http://www2.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=9251>. Acesso em: 7 jun. 2015.

IPEA. **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil:** impactos do crescimento econômico pós-crise. Comunicados do IPEA, n. 41, 10 mar. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/100310_comunicadoipea41.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.

LEAL, Aluizio. Uma Sinopse Histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (org.) **Revista de Estudos Paraenses**, Belém: IDESP, p. 89-122, 2010.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete Mota. **O mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. p. 93-129.

MARQUES, Gilberto. A incorporação do Brasil no desenvolvimento Capitalista brasileiro. In: TRINDADE, José R.; MARQUES, Gilberto (org.). **Revista de Estudos Paraenses**, Belém: IDESP, p. 67-88, 2010.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIS, Adriana de Azevedo; MATHIS, Armin. Reorientação de Políticas Públicas Sociais e Novas Estratégias de Desenvolvimento: um estudo realizado na região de Carajás/Pará. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **O Avesso dos Direitos:** Amazônia e nordeste em questão. Recife: UFPE, 2012. p. 177-200.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, N. S. F. A questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia brasileira: notas para o debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012.

OIT. **Global employment trends 2014: risk of a jobless recovery?** Genebra: International Labour Organization, 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_233953.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.

PARÁ (Estado). Secretaria de Comunicação. Plano de Mineração marca novo relacionamento do Estado com empresas e União. 22 abr. 2014. Disponível em: <http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=100623>. Acesso em: 22 abr. 2014.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Gestão. Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da Região de Integração Carajás. Belém: 2013. p. 8. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/idesp/indicadores-ri-carajas>>. Acesso em: 1 maio 2014.

SINE. O que é o SINE. [2014]. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sine/oquee.asp>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

VALE. Relatório de sustentabilidade 2011. 2011. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2011.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

VALE. Relatório de sustentabilidade 2012. 2012 Disponível em: <<http://cebds.org/wp-content/uploads/2014/02/Relat%C3%B3rio-Vale-2012.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

VALE. Código de conduta ética. [2013?a]. Disponível em: <http://assets.vale.com/docs/Documents/p/t/investors/Corporate-Governance/Code-Ethics/codigo_etica_vale_portugues_alterado.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

VALE. Política de desenvolvimento sustentável. [2013?b]. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/Politica_de_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

VALE. Guia de direitos humanos. [2013?c]. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/Documents/guia-direitos-humanos-03-12-2013.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.